

Laboratório de Psicologia Experimental
Departamento de Psicologia – UFSJ
Disciplina: Métodos de Pesquisa Quantitativa

TEXTO 10: ANÁLISE DE DADOS, CRONOGRAMA, ORÇAMENTO, PERTINÊNCIA, CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.

Autora: Prof. Marina Bandeira, Ph.D.

ANÁLISE DE DADOS

O pesquisador deverá planejar e explicar quais as principais operações que ele vai usar para analisar os dados que obteve, a fim de atingir os objetivos da pesquisa. Ele deverá decidir como será feita a análise dos dados, a fim de verificar cada hipótese da pesquisa.

No caso de uma pesquisa quantitativa, o pesquisador colheu dados que não são descrições verbais, mas sim números. A análise destes dados quantitativos será realizada para testar as hipóteses formuladas inicialmente pelo pesquisador. Dois tipos principais de análise de dados quantitativos podem ser realizadas, descritas abaixo.

Porém, antes de introduzir quais são as análises de dados a serem utilizadas em uma pesquisa quantitativa, é necessário descrever as características básicas das medidas. Os dados coletados em uma pesquisa apresentam diferentes qualidades numéricas. Os testes estatísticos a serem utilizados na análise de dados de uma pesquisa vão variar dependendo do tipo de medida que foi utilizada na coleta de dados. Devemos escolher o procedimento estatístico que for mais adequado para cada tipo de medida. As medidas podem ter as características descritas abaixo.

1. Escalas de medida: requisitos para uso de testes estatísticos na análise dos dados.

As medidas podem estar em escalas nominais, ordinais, intervalares e de razão (ver quadro 1).

Uma escala nominal se refere a medidas nas quais os sujeitos são classificados em categorias (dados categóricos). Por exemplo, quando utilizamos diagnósticos psiquiátricos como medida de uma pesquisa sobre a doença mental e fazemos o levantamento do número de pacientes que receberam um ou outro tipo de diagnóstico. Neste caso, temos categorias que diferem entre si, mas não podemos determinar a ordem desta diferença, nem se uma é maior ou menor do que a outra, são apenas diferentes. A diferença entre um e outro diagnóstico é apenas qualitativa, não podemos dizer se um é maior ou menor do que outro, pois isto não tem sentido. O número de sujeitos do sexo feminino ou do sexo masculino, em uma pesquisa também se enquadra neste tipo de medida, pois são dados dicotômicos.

Uma escala ordinal inclui dados dispostos em ordem, de forma que só podemos avaliar se um dado está em primeiro lugar ou segundo lugar, etc. ou então se um dado é maior ou menor do que o outro, mas não podemos avaliar de quanto é a diferença entre eles. Por exemplo, os dados de uma medida sócio-econômica (classe social) se enquadram neste tipo de escala. Em uma pesquisa sobre preferências de usuários, em uma situação de lazer, a ordem de preferência das atividades segue uma escala ordinal (a primeira atividade mais preferida pelos usuários, a segundo mais preferida, etc.).

Quadro 1. Escalas de medida

ESCALAS DE MEDIDA	CARACTERISTICAS
ESCALA NOMINAL	Classifica os sujeitos conforme pertençam ou não a uma categoria ou característica. São variáveis categóricas, não podem avaliar se uma é maior do que a outra. Ex. diagnostico psiquiátrico, sexo, estado civil.
ESCALA ORDINAL	Ordena os sujeitos segundo a ordem que ocupam. Sabe-se que um valor é maior do que o outro, mas não há avaliação do intervalo entre dois valores. Ex. ordem de preferência, ordem de chegada, classe social.
ESCALA INTERVALAR	Atribui valores numéricos a indivíduos, sabendo-se que um valor é maior do que o outro e que os valores diferem em intervalos iguais. Ex. rendimento acadêmico, resultados em um teste psicológico (teste de inteligência, teste de depressão, ansiedade, etc.) e escalas tipo Likert (grau de satisfação, grau de interesse, etc.).
ESCALA DE RAZÃO	É uma escala de intervalo, porém possui um zero absoluto (ausência total da qualidade da medida), ou seja, inclui valores que não podem ser rebaixados na parte inferior. Ex. As variáveis de tipo físico, tais como idade, peso, largura, altura.

Uma escala intervalar inclui dados que, além de estarem dispostos em uma ordem, do menor para o maior, o intervalo entre eles é equivalente e, portanto, sabemos o quanto um é maior do que o outro. Por exemplo, o rendimento acadêmico, os resultados obtidos em um teste (ex. teste de inteligência, teste de depressão, etc.), os dados obtidos através de escala tipo Likert (grau de satisfação, grau de interesse, etc.).

Uma escala de razão consiste em uma escala de intervalo que possui, além das propriedades descritas acima, a inclusão do valor do zero absoluto. O zero absoluto é considerado como ausência da qualidade medida, não podendo assim ser rebaixado no seu limite inferior. Por exemplo, os dados de idade, peso, extensão, etc. (Bisquerra, Sarriera e Martinez, 2004).

2. Análise estatística para descrição dos dados

Na análise estatística descritiva, o pesquisador está interessado em descrever um dado fenômeno ou uma realidade. Por exemplo, quando se deseja descrever o perfil da clientela que frequenta uma clínica-escola de psicologia, a fim de se verificar quais são os segmentos da população que procuram a clínica, que tipos de problema mais aparecem, idade, sexo, nível de escolaridade dos clientes, etc., ou ainda qual o funcionamento dos serviços fornecidos pela clínica, tipo e duração dos tratamentos, etc.

O pesquisador precisa escolher quais estatísticas descritivas ele vai utilizar para analisar seus dados. Por exemplo, se ele vai utilizar a média, a variância, a porcentagem, etc. No projeto de pesquisa, o pesquisador deve especificar as estatísticas descritivas que ele decidiu empregar. Por exemplo, ele pode usar porcentagem e apresentar seus resultados em forma de gráficos de barra, além de apresentá-los também em tabelas.

3. Análise das Relações Causais identificadas nas Hipóteses

Quando o pesquisador está testando uma relação causal entre duas variáveis, ele define uma hipótese que relaciona estas duas variáveis, podendo utilizar um delineamento de 1 ou dois grupos. Por exemplo, o pesquisador pode estar investigando o efeito de uma terapia (VI) sobre o grau de depressão dos pacientes (VD). Sua hipótese é que esta terapia diminuirá o grau de depressão dos pacientes.

3.1. Comparação das médias do pré e do pós-teste de um mesmo grupo: Se o pesquisador tivesse apenas um grupo de sujeitos submetido à terapia para tratar sua depressão e estivesse investigando se houve uma melhora significativa dos sujeitos antes e depois desta terapia, então ele deveria comparar as médias do pré-teste e do pós-teste deste grupo. Para verificar se houve uma diferença significativa entre o pré e o pós-teste de um mesmo grupo, ele teria que utilizar o Teste 't' de Student para amostras emparelhadas. O teste t requer que as medidas tomadas pelo pesquisador estejam em uma escala intervalar ou de razão e que ele possa comparar as médias dos grupos a serem comparados. O teste de depressão (ex. Escala de Beck de Depressão) está disposta em uma escala tipo Likert, portanto, preenche os requisitos do teste t. Além disso, o pesquisador pode ter a média dos grupos calculada pelo seu programa de estatística, automaticamente ao utilizar o teste t.

3.2. Comparação das médias de dois grupos: Se o pesquisador vai aplicar sua VI (a terapia) em um grupo experimental e comparar seus resultados com os resultados obtidos pelo grupo de controle (sem terapia), então ele deverá comparar os dois grupos.

Uma maneira de analisar seus dados seria de comparar as médias dos dois grupos no pós-teste ou então comparar as diferenças entre o pré e pós-teste de cada grupo. Para verificar se há uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos, o pesquisador deve usar o teste “t” de Student, para amostras independentes. Utiliza-se, neste caso, o Teste “t” de Student para amostras independentes porque estamos comparando 2 grupos independentes de sujeitos.

Alguns estatísticos sugerem, no caso da comparação de dois grupos, que se compare a diferença no grau da VD (ex. grau de depressão) obtida entre o pré-teste e o pós-teste do grupo experimental com esta mesma diferença obtida no grupo de controle. Se a diferença pré-pós for maior no grupo experimental do que no grupo de controle, teríamos uma melhor indicação do efeito da VI (Campbell e Stanley, 1966).

Como dissemos acima, os dados do pesquisador preenchem os requisitos necessários ao uso do teste t, que consiste na escala intervalar. Além disso, os dados podem ser calculados em médias, pois o teste t serve para comparar médias.

3.4. Comparação das médias de três ou mais grupos: O pesquisador pode também comparar mais de dois grupos (ex. com terapia, sem terapia e com placebo). Neste caso, ele deve efetuar uma análise de variância (ANOVA), verificando o valor de “F” e de p, para ver se há ou não diferenças significativas entre os grupos. O teste Anova também exige que as medidas do pesquisador preencham certos requisitos, os mesmos descritos acima para o teste t (escala intervalar ou de razão e medias dos grupos). Como o pesquisador está usando o teste de Beck de Depressão, cuja medida está disposta em escala tipo Likert, estes requisitos são preenchidos.

Porém, o teste ANOVA apenas nos informa se os três grupos diferem, mas não nos indica qual deles é diferente de qual. Não saberemos se todos diferem entre si ou se apenas um deles difere (ex. é possível que G1 difere do G2, mas este último não difere do G3). Para saber quais grupos diferem um do outro, é preciso usar o teste pos hoc Tukey, que vai comparar pares de grupos. Este teste é complementar ao teste Anova.

3.5. Comparação de grupos com dados em categorias: Se os resultados da pesquisa estão computados sob forma de dados em categoria (nominal) ou em uma escala ordinal, então o teste estatístico a ser utilizada será diferente. Por exemplo, um pesquisador pode estar investigando a relação entre gênero e taxa de suicídio, com a hipótese de que os homens apresentam uma prevalência superior. Neste caso, o pesquisador terá dados em forma de frequência ou porcentagens de suicídios entre homens e mulheres. Ou então, está comparando a taxa de suicídios que ocorreram em diferentes níveis sócio-econômicos. Em ambos os casos, será necessário utilizar a análise estatística de Qui-quadrado para comparar as porcentagens obtidas nos dois grupos (homens e mulheres) ou nos 3 grupos (3 níveis sócio-econômicos) e verificar se há uma diferença estatisticamente significativa entre eles. Como o teste qui-quadrado requer apenas que a medida usada pelo pesquisador esteja em uma escala nominal ou ordinal, então ele pode usá-lo neste caso.

3.6. Análise correlacional: Se o pesquisador quer verificar se existe uma relação significativa entre duas variáveis (ex. grau de depressão e idade), ele vai analisar seus dados com um teste estatístico correlacional. O teste de correlação de Pearson é o mais utilizado, requerendo, entretanto, que o pesquisador tenha coletado as duas medidas em escala intervalar ou de razão. Ele poderá, com esta análise, verificar se o grau de depressão

aumenta com a idade. Ele não poderá relacionar uma variável em escala intervalar e outra em escala nominal ou categórica.

3.7. Análise de Regressão Múltipla: Se, por outro lado, temos vários fatores que podem estar influenciando nossa variável dependente, utilizamos então a análise multivariada de Regressão múltipla para determinar a importância relativa destes vários fatores e saber qual deles é o mais importante. Por exemplo, suponhamos que sua hipótese principal é que o tratamento da depressão provocará diminuição do grau de depressão dos sujeitos e de fato você observou que seu grupo experimental é significativamente diferente do grupo controle (teste “t” significativo).

Mas você também quer saber quais são os outros fatores que contribuem para a diminuição do grau de depressão quando esta depressão é tratada e você quer saber a ordem de importância relativa destes vários fatores. Ou seja, você quer saber quais são os outros fatores, além do seu tratamento, que podem contribuir para uma melhora dos seus pacientes.

Você faz então uma análise de regressão múltipla do grau de depressão em função de fatores tais como: o seu tratamento, a severidade da depressão dos sujeitos no início do estudo, a presença de antecedentes familiares de depressão, a idade dos sujeitos, o número de dependentes que o sujeito tem, etc. A análise de regressão múltipla lhe indicará quais destes fatores de fato contribuíram significativamente para determinar a melhora dos seus pacientes. Além disso, esta análise lhe dará a ordem de importância destes fatores na determinação da melhora do sujeito. Por exemplo, você pode ficar sabendo que, além do seu tratamento, o que mais contribuiu para a melhora dos seus pacientes foi a ausência de antecedentes familiares. Você saberá então, no futuro, que pacientes com esta característica terão uma melhora maior do que os outros durante o tratamento. Esta análise enriquece seus dados, pois agora você pode saber quais são os fatores facilitadores que potencializam o tratamento e pode prever quais pacientes terão uma melhora maior.

3.8. Análise de Regressão Logística: Trata-se do mesmo tipo de análise descrito acima, porém adaptada para dados dicotômicos (em categorias). Por exemplo, usamos esta análise, quando investigamos os fatores associados a uma variável dependente que foi medida em termos de presença ou ausência de uma medida (ex. com ou sem depressão) ou categorias (ex. com baixa e alta ansiedade). Este tipo de análise, fornece uma avaliação denominada Odds Ratio. O valor desta estatística nos indica a razão de risco (ex. o risco de ter depressão é 2,4 vezes maior com sujeitos do grupo X comparativamente a sujeitos do grupo Y).

3.9. Nível de significância: No seu projeto de pesquisa, o pesquisador deverá especificar de antemão quais testes estatísticos ele irá utilizar e o nível de significância dos resultados (valor de “p”). Ele pode utilizar um valor de $p < 0,05$ ou um valor de $p < 0,001$. No segundo caso, a exigência de nível de significância é maior. O pesquisador deve ainda indicar qual programa computadorizado utilizará para fazer a análise estatística. Ex: o programa SPSS-PC é um deles, mas há vários outros tipos de programa.

4. Sujeitos faltosos:

No projeto de pesquisa, o pesquisador deverá especificar como fará a análise dos dados dos sujeitos que faltarem, pois alguns sujeitos podem abandonar a pesquisa no decorrer de sua realização. O pesquisador deve especificar que fará a análise destes dados, por exemplo, calculando a média destes sujeitos e comparando-a com a média dos sujeitos que não abandonaram a pesquisa, através do teste "t" de Student para amostras independentes. É importante, por exemplo, poder demonstrar que os sujeitos que abandonaram a pesquisa não apresentam uma média significativamente diferente da obtida pelos sujeitos que permaneceram na pesquisa, com relação às variáveis mais importantes que poderiam afetar os resultados. Neste caso, o valor de "t" será não-significativo ($p > 0,05$). Isto deve ser feito tanto para o grupo experimental quanto para o grupo de controle. Sabemos que isto é importante para o controle do viés "mortalidade experimental".

5. Equivalência Inicial dos grupos:

É necessário igualmente especificar como será garantida a equivalência entre os grupos experimental e de controle. Quando não se faz a distribuição aleatória dos sujeitos aos dois grupos de comparação, os dois grupos podem não ser equivalentes de início e este viés "seleção" pode interferir na interpretação dos resultados. Por isto, é necessário indicar os procedimentos estatísticos a serem feitos para verificar a equivalência dos grupos. Isto pode ser feito comparando-se as médias dos dois grupos com relação às variáveis pertinentes à pesquisa, verificando-se se há uma diferença significativa através de um teste "t" de Student para amostras independentes. Por exemplo, em uma pesquisa avaliativa sobre o efeito de um programa de reinserção social, um grupo de doentes mentais preparados pelo programa foi comparado a um grupo de doentes mentais não pertencentes ao programa. O objetivo era verificar se a adaptação do primeiro grupo à vida na sociedade era melhor que a do grupo controle. Para garantir a equivalência inicial dos dois grupos, foi feita a comparação das médias dos grupos com relação a variáveis, tais como: idade do início do problema psiquiátrico, número de internações anteriores, idade dos sujeitos. O valor do teste "t" e seu grau de significância mostraram que a média dos dois grupos não era diferente ($p > 0,05$), portanto os dois grupos eram equivalentes com relação às variáveis testadas. Neste caso, temos mais confiança de que o viés "seleção" estaria controlado. Podemos então assegurar que se o grupo experimental se adaptou melhor à vida na comunidade, isto não se deve ao fato de que ele era melhor que o grupo controle desde o início, com relação às variáveis citadas acima, mas que o resultado se deve ao efeito do programa de reinserção.

6. Estudos Individuais

Quando se trata de delineamentos de caso único, por exemplo, os delineamentos A-B ou A-B-A, a análise dos dados começa com a determinação das linhas de tendência que descrevem a evolução temporal dos pontos dispostos nos gráficos. Estas linhas de tendência

são calculadas através de métodos estatísticos tais como o método dos quadrados mínimos. A linha a ser traçada descreve a menor distância dos pontos à linha.

Em seguida, a análise dos dados é feita observando-se dois indicadores básicos:

1. As diferenças nas inclinações das linhas de tendência da fase A para a fase B e,
2. As diferenças de nível entre estas duas linhas de tendência.

Além disto, testes estatísticos de diferença entre as médias das duas fases (teste “t” para amostras emparelhadas) são às vezes utilizados embora com precaução, pois muitas vezes estas diferenças não indicam as verdadeiras diferenças reais entre fases (Campbell e Stanley, 1979).

Por outro lado, no caso do delineamento de níveis de base múltiplos, foram elaborados testes estatísticos específicos para a análise de dados, os quais requerem um mínimo de quatro comportamentos medidos simultaneamente (Hersen e Barlow, 1976).

6.1. Análise de Regressão Linear: Nos delineamentos de caso único, às vezes queremos verificar uma hipótese adicional, além da nossa hipótese principal que se refere ao tratamento. Neste caso, devemos fazer uma análise de dados adicional, através de outros testes estatísticos. Por exemplo, suponhamos que nossa hipótese principal é que o tratamento comportamental diminui o tabagismo do nosso cliente único, em termos do número de cigarros que ele fuma por dia. Além disso, podemos desejar saber se haveria uma relação entre algum fator medido durante o estudo e a nossa variável dependente. Por exemplo, se supomos que o grau de ansiedade estaria determinando o número de cigarros fumados por dia, podemos fazer uma análise de Regressão linear com os dados do nível de base para determinar o grau de relação entre estas duas variáveis. O grau de ansiedade é representado no eixo dos X e a frequência dos cigarros fumados é representada no eixo dos Y, dispondo-se em seguida os pontos em um diagrama de dispersão. A linha que descreve a tendência destes pontos é traçada a partir do cálculo da equação ($y = ax + b$). Nesta análise estatística, a inclinação da linha de tendência e a proximidade dos pontos à linha indicam o grau de relação entre as duas variáveis. Esta relação é expressa, calculando-se o coeficiente de correlação (R) entre as duas variáveis e o coeficiente de determinação (R²). O coeficiente de determinação nos indica qual é a porcentagem da variância dos dados referentes ao comportamento de fumar que está sendo determinada pelo grau de ansiedade do sujeito.

CRONOGRAMA

Todo projeto de pesquisa inclui a especificação do cronograma de atividades, ou seja, o pesquisador deverá indicar quanto tempo levará para realizar cada etapa de sua pesquisa.

Para isto, ele deverá fazer um resumo de todas as etapas que compõem a sua pesquisa geralmente em uma lista e indicar ao lado de cada etapa quantos meses precisará para completá-las. Por exemplo, suponhamos que o pesquisador queira fazer um levantamento de saúde mental em sua cidade, através de um questionário já utilizado em outra região. Ela deverá, neste caso, fazer uma pesquisa-piloto para adaptar seu instrumento de medida à população de sua região, onde aplicará o questionário.

Sua pesquisa poderá ter as seguintes etapas: treinamento dos entrevistadores que irão aplicar o questionário na população, o que poderá levar 2 meses. Em segundo lugar, ele fará um estudo-piloto para aperfeiçoar o questionário, aplicando o questionário em uma

amostra da população, verificando as suas imperfeições e corrigindo e modificando a formulação das questões, o que poderá levar 4 meses. Em seguida, ele poderá fazer a coleta dos dados da população, entrevistando todos os sujeitos de sua amostra, segundo um procedimento específico de amostragem, o que pode levar 6 meses. Em seguida, o pesquisador poderá entrar na etapa de análise de dados, o que pode incluir a digitação e a análise estatística, durando, por exemplo, 2 meses. Finalmente, ele deve especificar o tempo necessário para a redação do relatório de pesquisa.

O tempo necessário para realizar cada etapa do cronograma de atividades depende dos recursos materiais e humanos de que dispõe o pesquisador. Depende também do número de sujeitos que compõem a amostra e do número de dados a serem analisados. Veja abaixo a maneira mais comum de se apresentar o cronograma em um projeto de pesquisa.

Meses	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Fases												
Treino	_____											
Coleta dados			_____									
Intervenção					_____							
Relatório										_____		

ORÇAMENTO

O pesquisador deverá ser capaz de especificar no seu projeto de pesquisa, os recursos financeiros de que necessitará para realizar a sua pesquisa. Isto se torna necessário porque geralmente ele faz um pedido de financiamento à agências estaduais ou federais de fomento à pesquisa.

O orçamento inclui a especificação dos recursos necessários à execução de cada etapa. Geralmente 3 tipos de recursos são mencionados: os recursos humanos, o material de consumo e os equipamentos necessários. A especificação dos recursos necessários deve ser parcimoniosa, não incluindo recursos que podem ser cobertos pela própria instituição onde será feita a pesquisa, por exemplo, computadores. Esta é o que se chama de contrapartida da instituição.

Os recursos humanos incluem todos os tipos de participantes da equipe de pesquisa, tais como os observadores, os entrevistadores e os aplicadores de questionário. Cada vez mais os pesquisadores fazem sua própria análise estatística dos dados, não necessitando, portanto, contratar especialistas em estatística. As despesas a serem feitas com cada tipo de participante são especificadas. As despesas com o pagamento dos sujeitos são também especificadas (passagens de ônibus, por ex.).

O material de consumo inclui todas as despesas materiais utilizadas na pesquisa e isto depende do tipo de pesquisa a ser realizado. Geralmente consiste em papéis, xerox, testes, etc. Por outro lado, muitas vezes a própria instituição onde está trabalhando o pesquisador pode arcar com despesas deste tipo. Neste caso, a parte que cabe à instituição não é solicitada da agência de fomento, mas é citada como contribuição ou contrapartida da instituição.

Quanto aos equipamentos, podemos lembrar os aparelhos audiovisuais, os computadores, assim como aparelhos de medida fisiológica. O equipamento deve ser especificado em termos de marca e modelo e o seu valor discriminado. Entretanto, geralmente se solicita equipamentos caros deste tipo quando o pesquisador já prevê a realização de um conjunto de pesquisas futuras, na qual ele desenvolve uma linha de investigações. Projetos integrados de pesquisa são elaborados desta maneira e não incluem apenas um projeto isolado de pesquisa. Caso contrário, são usados os equipamentos já existentes na própria instituição onde será feita a pesquisa e estes consistem, então, na contrapartida do projeto.

PERTINÊNCIA DA PESQUISA

Este tópico é importante a ser especificado em um projeto de pesquisa, a fim de se deixar claro porque o financiamento da pesquisa terá um retorno à sociedade que a está financiando. Quando se trata de dinheiro público, a utilidade dos resultados é fundamental para justificar o fornecimento das subvenções e, portanto, convencer a agência financiadora a liberar recursos.

Para isto, é necessário que o pesquisador deixe claro no seu projeto de pesquisa a pertinência de sua pesquisa. Ele poderá fazer isto incluindo um tópico no qual ele apresenta 3 tipos de questões. Primeiro, é preciso que ele explique quais são os resultados esperados na pesquisa, para que a agência financiadora conheça o tipo de benefício que a sociedade terá com aquela pesquisa. Por exemplo, se a pesquisa visa avaliar o sistema de ensino elementar, os resultados poderão ser as melhorias a serem feitas no sistema e as vantagens para os alunos de primeiro grau.

Em segundo lugar, é interessante explicar o grau de generalização dos resultados da pesquisa, ou seja, a amplitude do alcance daqueles resultados. Em que grau os resultados esperados poderão se aplicar à outras populações ou a outros contextos. A pertinência da pesquisa aumentará se os resultados forem generalizáveis. Por exemplo, outras escolas poderão se beneficiar das melhorias do programa de ensino?

Finalmente, o pesquisador deverá explicar a quem os seus resultados serão úteis, qual o seguimento da população que se beneficiará com seus resultados.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Na realização de uma pesquisa, algumas regras éticas devem ser seguidas. É importante que se tome todas as precauções para garantir os direitos e liberdades dos sujeitos participantes da pesquisa. Vários tipos de explicações à serem dadas na redação do

projeto de pesquisa deixam claro os aspectos éticos que foram considerados pelo pesquisador.

O pesquisador poderá mostrar, por exemplo, que as vantagens para os sujeitos de participarem da sua pesquisa são maiores do que os riscos potenciais que podem surgir eventualmente. Além disso, ele deverá deixar claro se há algum risco potencial para os sujeitos em participar da pesquisa e explicar qual é este risco. É interessante também que o pesquisador pague uma certa quantia a cada sujeito pela sua participação na pesquisa, à título de compensação pelo tempo que ele gastou e pela sua locomoção até o local da pesquisa. Às vezes, até a locomoção dos sujeitos precisa ser coberta, no caso de sujeitos que não tem condições de arcar nem com esta despesa.

O pesquisador deve explicar ao sujeito como será o procedimento pelo qual passará e deixar claro a cada sujeito que ele poderá interromper a qualquer momento a sua participação. Os dados deverão ser confidenciais, só a equipe de pesquisa tendo acesso à eles. Qualquer apresentação de vídeos ou gravações ao público deverá ser feita com consentimento escrito dos sujeitos.

Geralmente há Comitê de Ética nas instituições que decide liberar ou não a execução da pesquisa, em função do projeto respeitar os requisitos éticos. É necessário que o pesquisador tenha um consentimento por escrito de cada sujeito, atestando que ele realmente deseja participar daquela pesquisa e não foi forçado à tal. No caso de sujeitos incapazes de um julgamento apropriado, o consentimento poderá ser obtido do seu responsável. No projeto de pesquisa, deve ser incluindo, em anexo, o formulário de consentimento que os sujeitos assinarão.

Há casos de pesquisas que requerem o não-conhecimento dos sujeitos sobre algum aspecto da pesquisa (ex. gravações) ou até sobre a própria existência da pesquisa (ex. observação participante), pois toda a validade dos dados ficaria comprometida. Nestes casos, o que é geralmente sugerido é que se retenha a informação até o final da pesquisa quando todos os dados tenham sido colhidos. Após terminada a pesquisa, então se informa os sujeitos de todo o procedimento que foi utilizado sem seu conhecimento e a decisão de usar ou destruir os seus dados é tomada por cada sujeito. Esta solução aumenta os custos da pesquisa, pois os sujeitos já foram pagos e se desejarem destruir seus dados, outros sujeitos deverão ser recrutados. Mas é o preço necessário para colher dados particulares.

Referencias

1. Campbell, D.T. e Stanley, J.C. (1966). Delineamentos experimentais e quase-experimentais de pesquisa. São Paulo: Editora da USP.
2. Contandriopoulos, A P., Champagne,F., Potvin,L., Denis,J.L., Boyle,P. (1994) Saber preparar uma pesquisa. São Paulo: Editora Hucitec Abrasco.
3. Bisquerra, R. Sarriera,JC E Martinez, F. Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS.Artmed. 2004.
- 4.
5. Bunchaft, G. e Cavas, C.S.T. (2002). Sob Medida: um guia sobre a elaboração de medidas do comportamento e suas aplicações. São Paulo: Vetor Editora.
6. Cozby,P.C. Métodos de Pesquisa em Ciências do Comportamento(2003). São Paulo: Editora Atlas.
7. Gunther,H. (1999). Como Elaborar um Questionário. In: Pasquali (Ed.) Instrumentos Psicológicos: Manual Prático de Elaboração. Brasília: LabPAM; IBAPP.
8. Pasquali, L. (2001) Técnicas de Exame Psicológico – TEP Manual. Volume I: Fundamentos das Técnicas Psicológicas.São Paulo: Casa do Psicólogo.